

QUALIDADE DE VIDA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS

MARCIA LEITE BORGES¹; HEMERSON LUIZ PASE²

¹*Universidade Federal de Pelotas – marcia.borges.bb@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – hemerson.pase@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a problemática em torno da construção de empreendimentos hidrelétricos, é preciso ter em mente que a energia elétrica tem um papel fundamental na produção dos mais diferentes setores da economia. Assim, a disponibilidade de energia é elemento chave para desenvolvimento de uma nação (BORENSTEIN & CAMARGO, 1997).

Entretanto, as populações locais afetadas pela construção desses empreendimentos sofrem inúmeros impactos “não apenas no aspecto dito *físico* (transformando as paisagens), mas também no domínio das relações humanas, no lugar e no território, em função de milhares de famílias desalojadas para a criação dos reservatórios hídricos” (CARVALHO & MEDEIROS, 2009), o que impacta diretamente a qualidade de vida dessas populações.

Um exemplo dessa problemática, são as comunidades locais afetadas pela construção de Usinas Hidrelétricas (UHE's) na bacia dos rios Pelotas e Uruguai localizadas na região Sul do país, divisa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, (UHE's Campos Novos, Barra Grande, Machadinho, Itá, e Fóz do Chapecó).

O presente trabalho busca construir instrumentos consigam traçar uma comparação entre a percepção das populações atingidas quanto a sua qualidade de vida atual e anterior ao empreendimento, sendo parte integrante de um projeto de pesquisa que objetiva identificar a efetividade das políticas compensatórias na manutenção da qualidade de vida das comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos.

2. METODOLOGIA

Este estudo compreende a análise dos impactos sociais, ambientais e econômicos sofridos pelas populações atingidas pela construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) na bacia dos rios Pelotas e Uruguai, na divisa entre os

Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para isso será utilizado e em um primeiro momento, uma pesquisa exploratória realizando o levantamento bibliográfico a partir de referências teóricas publicadas por meio digital e escrito que possibilitem primeiramente a visualização do panorama das regiões estudadas, a caracterização do setor elétrico brasileiro, a identificação e estudo das políticas públicas aplicadas por esse setor.

Além disso, será realizado o estudo dos principais índices e indicadores utilizados para mensurar a qualidade de vida e a partir disso, será realizada a escolha da metodologia para a construção dos indicadores que possibilitem traçar uma comparação entre a percepção das populações atingidas, quanto a sua qualidade de vida atual e anterior ao empreendimento, objetivando identificar a eficácia das políticas públicas na região.

Para captar a percepção desses indivíduos será utilizado um survey já aplicado em uma amostra de 632 indivíduos atingidos na região em questão. Como o objeto de estudo é a qualidade de vida serão, em princípio, utilizadas as variáveis:

- I. Qualidade dos serviços públicos;
- II. Bem estar social;
- III. Bem estar físico;
- IV. Bem estar econômico;
- V. Sustentabilidade ambiental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o estudo ainda esteja em fase de desenvolvimento, fica claro a carência, na construção de instrumentos que consigam perceber a real interferência dos empreendimentos hidrelétricos e a efetividade das políticas compensatórias para na qualidade de vida das populações direta e indiretamente atingidas.

Sendo a qualidade de vida fruto da soma de diferentes fatores presentes em nosso dia-a-dia, e que constantemente sofre a influência de externalidades, a identificação dessas e sua contribuição na melhora ou piora da percepção do indivíduo possibilita a elaboração de estratégias objetivando o bem-estar da coletividade.

Mas essa não pode ser considerada uma tarefa fácil pois as externalidades não se apresentam isoladamente. Elas se correlacionam de forma complexa, sendo necessário instrumentos que mensurem sua importância e influência em relação ao todo. Assim, indicadores sociais tornam-se um aliado no monitoramento da qualidade de vida e do acompanhamento das ações que

objetivam melhorará, identificando as carências, necessidades e público alvo dessas ações.

4. CONCLUSÕES

As mudanças causadas pela instalação e operação das unidades hidrelétricas são profundas, tanto para o meio ambiente como para as comunidades localizadas nas áreas em questão, ocasionando conflitos que se estabelecem entre dois projetos políticos antagônicos: o neoliberal e o democrático-participativo.

O neoliberal é conduzido pelo empreendedor, sendo constituído por “organizações dotadas de recursos legais, políticos, econômicos e cognitivo-simbólicos com vista a cumprir as determinações da política pública de energia” (LOCATELLI & ROCHA 2013, p.28). Estas organizações, por sua vez, tentam tratar os impactos ambientais e sociais gerados pelas construções, como questões simplesmente monetárias. E justificam tais empreendimentos partir “da ‘necessidade de energia’, da ‘iminência de apagão’ e da possibilidade de desenvolvimento ‘nacional’ e ‘regional através dessas obras” (ROCHA, 2012)

Já o projeto democrático-participativo é concebido principalmente pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, representando as populações locais que tem seu modo de vida totalmente alterado em função dos reassentamentos, pois “no meio rural as relações sociais parecem estar muito mais ligadas ao território, uma vez que a identidade de um grupo rural e seus símbolos são construídos na própria relação com a terra como instrumento de trabalho” (BRAGA & SILVA, 2011, p. 104).

Além disso, existe uma grande dificuldade em definir todos os atingidos pelo empreendimento, visto que muitas das vezes as consequências são sentidas por uma área mais abrangente e no longo prazo, o que dificulta a identificação dos indivíduos que devem ser contemplados pelas políticas públicas destinadas a compensar os impactos negativos gerados por essas construções.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Fundação Heinrich. Rio de Janeiro. 2004.

BORENSTEIN, C.R; CAMARGO, C.B. o Setor elétrico no Brasil: dos desafios do passado às alternativas do futuro. Ed. Sagra Luzzatto, 1ª ed. Porto Alegre, 1997.

BRAGA, I.F.; SILVA, V. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. Uberlândia, Caminhos de Geografia v. 12, n. 38 jun/2011.

CARVALHO, O. A; MEDEIROS, R. M. V. Migrações Compulsórias, Lugar E Territorialidade Na Construção De Hidrelétricas No Rio Uruguai. Rev. Estudos Amaz: Front. e Terr., 2009.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Paraná, CEDEPS. 2011.

LOCATELLI, C & ROCHA, H. J. Influência e efetividade do empreendedor e do MAB sobre as decisões de remanejamento pelos atingidos por hidrelétricas. *In: Democracia Local, Capital Social e Qualidade de Vida: O Caso dos Atingidos por Barragens no Brasil* - BAQUERO, M; PASE, H (org.) - Editora da UFRGS, 2013

ROCHA, H. J. Relações de Poder na Hidreletricidade: a Instalação da UHE Foz do Chapecó na Bacia do rio Uruguai. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências Humanas. Campinas, SP, 2012.

SOUZA, C.A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Poa,2006.